

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 859.857 - PR (2006/0124907-8)

RELATORA : MINISTRA ELIANA CALMON
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
RECORRIDO : ITA SERVIÇOS DE BRITAGEM LTDA
ADVOGADO : JAVEL JAIME VALÉRIO E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO – OBRIGAÇÃO DE FAZER – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – MULTA COMINATÓRIA PREVISTA NO ACORDO – ART. 645, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC – IMPOSSIBILIDADE DE MAJORAÇÃO PELO JUIZ.

1. O art. 645 do CPC prevê duas situações distintas que podem ocorrer em relação ao título extrajudicial objeto da execução de obrigação de fazer, sendo também duas as possibilidades facultadas ao juiz da causa:

a) quando o título não contém o valor da multa cominatória, o CPC permite ao juiz fixar a multa por dia de atraso e a data a partir da qual será devida. O valor da multa fica ao prudente critério do magistrado, podendo ele, inclusive, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva, conforme aplicação analógica do art. 461, § 6º, do CPC;

b) quando o título contém valor predeterminado da multa cominatória, o CPC estabelece que ao juiz somente cabe a redução do valor, caso a considere excessiva, não lhe sendo permitido aumentar a multa estipulada expressamente no título extrajudicial.

2. Hipótese dos autos em que o valor da multa diária de R\$ 100,00 (cem reais) estipulada no Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a empresa recorrida e o Ministério Público estadual não foi suficiente para assegurar o cumprimento da obrigação de fazer. Impossibilidade de sua majoração por força do parágrafo único do art. 645 do CPC.

3. Recurso especial não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por maioria, negou provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a). Vencido o Sr. Ministro Herman Benjamin." Os Srs. Ministros Castro Meira, Humberto Martins e Carlos Fernando Mathias (Juiz convocado do TRF 1ª Região) votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília-DF, 10 de junho de 2008 (Data do Julgamento)

MINISTRA ELIANA CALMON
Relatora

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 859.857 - PR (2006/0124907-8)

RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
RECORRIDO : ITA SERVIÇOS DE BRITAGEM LTDA
ADVOGADO : JAVEL JAIME VALÉRIO E OUTRO(S)

RELATÓRIO

A EXMA. SRA. MINISTRA ELIANA CALMON: - Trata-se de recurso especial interposto, com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - OBRIGAÇÃO DE FAZER - MULTA COMINATÓRIA - VALOR FIXADO PELO JULGADOR - IMPOSSIBILIDADE - EXISTÊNCIA DO VALOR DA MULTA NO TERMO DE AJUSTE - QUANTIA LIVREMENTE ESTABELECIDADA PELAS PARTES - DECISÃO CASSADA - RECURSO PROVIDO.

(fl. 79)

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados.

Inconformado, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ aponta violação do art. 645 do CPC, sustentando, em síntese, que o dispositivo legal faculta ao magistrado reduzir ou aumentar o valor das *astreints* para que ocorra o adimplemento da obrigação.

Afirma que, em que pese o valor irrisório fixado no termo de ajustamento de conduta a título de multa diária (R\$ 100,00) em caso de descumprimento da obrigação de fazer, a multa não surtiu o efeito esperado, estimulando o abandono da antijuricidade.

Aduz que a limitação prevista no parágrafo único do art. 645 do CPC no sentido de que somente ser possível ao juiz reduzir o valor da multa pactuada entre as partes diz respeito unicamente à multa moratória, que não se confunde com a multa diária de natureza coercitiva prevista no *caput* do dispositivo.

Com as contra-razões, subiram, os autos, admitido o especial na origem.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 859.857 - PR (2006/0124907-8)

RELATORA : MINISTRA ELIANA CALMON
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
RECORRIDO : ITA SERVIÇOS DE BRITAGEM LTDA
ADVOGADO : JAVEL JAIME VALÉRIO E OUTRO(S)

VOTO

A EXMA. SRA. MINISTRA ELIANA CALMON (RELATORA): -

Preenchidos todos os pressupostos recursais, conheço do recurso especial, que pretende a interpretação do art. 645, *caput* e parágrafo único, do CPC.

Entendeu o Tribunal de Alçada que, havendo previsão de multa diária no título extrajudicial, termo de ajustamento de conduta firmado com o *Parquet* estadual, a teor do art. 645, parágrafo único, do CPC, somente faculta-se ao juiz reduzir a multa por descumprimento da obrigação de fazer, e não majorá-la.

De fato, o parágrafo único do art. 645 do CPC não deixa margem a dúvidas quanto à multa a qual se refere, no caso, a prevista no *caput* do dispositivo, que diz respeito justamente à multa de natureza coercitiva que visa obrigar o devedor da obrigação extrajudicial ao seu cumprimento em prazo a ser fixado pelo juiz da causa.

Da interpretação desse dispositivo processual extrai-se duas situações distintas que podem ocorrer em relação ao título extrajudicial objeto da execução de obrigação de fazer, sendo também duas as possibilidades facultadas ao juiz da causa:

a) o título não contém o valor da multa cominatória: neste caso, o CPC faculta ao juiz fixar a multa por dia de atraso e a data a partir da qual será devida. O valor da multa fica ao prudente critério do magistrado, podendo ele, inclusive, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva. Aqui é plenamente aplicável a analogia em relação à norma do art. 461, § 6º, do CPC, que prevê o mesmo tipo de tutela específica coercitiva para as ações de conhecimento que tenham por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

b) o título contém valor predeterminado da multa cominatória: diferentemente, no que toca aos títulos extrajudiciais onde haja previsão expressa do valor da multa, o CPC contém, nas palavras de Araken de Assis, "Comentários ao Código de Processo Civil", Vol. VI: arts. 566 a 645. Rio de Janeiro: Forense, 2004, pág. 456, "intencional omissão" que "impede a aplicação analógica" do preceito contido no art. 461, § 6º, do CPC. Segundo o

Superior Tribunal de Justiça

renomado autor, "atendeu-se à vontade dos figurantes no negócio jurídico, que sempre se mostram realistas no tocante ao equilíbrio econômico do ajuste". Nesta hipótese, "em respeito ao princípio da legalidade, só cabe ao juiz assistir inerte o comprometimento da eficiência do meio executório". De fato, ao contrário da previsão contida no *caput* do dispositivo, no caso do seu parágrafo único, o juiz não pode aumentar a multa estipulada expressamente no título extrajudicial, mas apenas reduzi-la, caso a considere excessiva.

Na mesma linha de entendimento, seguem Humberto Theodoro Júnior (Comentários ao Código de Processo Civil, volume 4, coordenadores, Thereza Alvim e Arruda Alvim, 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003, pág. 381), Antônio Cláudio da Costa Machado (Código de Processo Civil Interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo, 6ª ed. rev. e atual. Barueri - SP: Manole, 2007, pág. 834) e Antônio Carlos Marcato, coordenador (Código de Processo Civil Interpretado. São Paulo: Atlas, 2004, pág.1901).

Na hipótese dos autos, o valor da multa diária de R\$ 100,00 (cem reais) estipulada no Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a empresa recorrida e o Ministério Público estadual não foi suficiente para assegurar o cumprimento da obrigação de fazer. Entretanto, a majoração pretendida pelo *Parquet* não poderia, de fato, como asseverado pelo Tribunal de origem, ser deferida pelo juiz da causa por força da limitação contida no parágrafo único do art. 645 do CPC.

Com essas considerações, nego provimento ao recurso especial.

É o voto.

RECURSO ESPECIAL Nº 859.857 - PR (2006/0124907-8)

RELATORA : MINISTRA ELIANA CALMON
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
RECORRIDO : ITA SERVIÇOS DE BRITAGEM LTDA
ADVOGADO : JAVEL JAIME VALÉRIO E OUTRO(S)

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO HUMBERTO MARTINS:

Cuida-se de recurso especial do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ em face de ITA SERVIÇOS DE BRITAGEM LTDA., que tem por objeto acórdão do extinto Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, o qual considerou impossível modificar o *quantum* de penalidade estabelecida em termo de ajustamento de conduta.

A eminente relatora negou provimento ao recurso especial, sob o fundamento de que a insuficiência do valor da multa diária, contida no termos de ajustamento de conduta, não poderia ser causa para sua majoração pelo juiz da causa. Em síntese, compreendeu a d. relatora que:

1) o art. 645 do CPC prevê duas situações distintas em relação ao título executivo extrajudicial, que lastreia execução de obrigação de fazer, quais sejam:

a) quando o título não apresenta o valor da multa cominatória, o Código de Processo Civil dá ao juiz o poder de cominar pena por dia de atraso e a data a partir da qual será devida;

b) quando o título ostenta valor predeterminado da multa cominatória, o Código de Processo Civil limita a atuação do juiz ao ato de modificar o valor da multa, quando a entender insuficiente ou excessiva;

2) a redação do parágrafo único do art. 645 do CPC é impeditiva do ato de majoração do valor da multa pelo juiz.

Exposto sinteticamente o pensamento da relatora, passo à exposição de meu voto.

A questão trazida ao exame do STJ é interessante e original, porquanto será a primeira vez que a Corte se pronunciará sobre o tema.

Observo que o cerne da controvérsia localiza-se na interpretação do art. 645, parágrafo único, do CPC, que apresenta o seguinte teor:

Superior Tribunal de Justiça

"Art. 645. Na execução de obrigação de fazer ou não fazer, fundada em título extrajudicial, o juiz, ao despachar a inicial, fixará multa por dia de atraso no cumprimento da obrigação e a data a partir da qual será devida. (Redação dada pela Lei nº 8.953, de 13.12.1994)

Parágrafo único. Se o valor da multa estiver previsto no título, o juiz poderá reduzi-lo se excessivo."

Sobre esse dispositivo, encontrei alguns apontamentos doutrinários. Ao estilo do que afirma Humberto Theodoro Júnior (**Curso de Direito Processual Civil**. 41 ed., Rio de Janeiro: Forense, 2007, v. 2., p. 267) que *"os títulos extrajudiciais é que se sujeitarão basicamente à ação executiva disciplinada pelos artigos 632 a 645"*.

Em favor da possibilidade de aumento do valor da multa, cito Marcelo Abelha Rodrigues (**Manual de execução civil**. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 283):

"Não obstante, prescreve o art.645 que duas atitudes ficarão a cargo do juiz: a) se no título não constar a multa diária para o caso de descumprimento, então o juiz deverá fixá-la no despacho inicial, sendo ela devida a partir do fim do prazo para o cumprimento voluntário da obrigação; b) se no título já estiver prevista a multa, o juiz poderá reduzi-la se for excessiva. Embora o texto cuide apenas da possibilidade de redução da multa, aplica-se integralmente a regra do art.461, § 6º, que permite a alteração ampliativa ou redutiva da multa processual."

Nesse ponto, entendo que a regra do parágrafo único diz respeito à cláusula penal estabelecida no título, seja ele um negócio jurídico, seja ele um termo de ajustamento de conduta, que assume feição *negocialiforme*. Logo, não é incompatível com a existência da cláusula penal a fixação de *astreinte*, essa sim, de caráter judicial, estabelecida pelo juiz e sem parâmetro ou vinculação ao objeto devido.

Ocorre, porém, que o pedido do recorrente, ao estilo do que relatado no voto da e. Ministra Eliana Calmon, torna impossível seu atendimento. Não se pode majorar o *quantum* firmado no termo de ajustamento de conduta – TAC. Este é ligado à autonomia privada (no caso de fonte negocial), e a regra do parágrafo único do art. 645 é intimamente ligada ao poder geral de redução das cláusulas penais, inscrito no Código Civil de 1916 e no Código Civil de 2002. Em relação ao último, prescreve o art. 413:

Superior Tribunal de Justiça

"Art. 413. A penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio."

Seria adequado pedir que se arbitrasse *astreinte* pelo descumprimento da obrigação de fazer, determinada pelo juiz e pedida liminarmente. Nada impede a concomitância da *astreinte*, pena pecuniária compulsória, com a cláusula penal, elemento accidental do negócio jurídico, que pré-liquida perdas e danos.

Como o pedido é inerente à majoração da cláusula penal do TAC, considero-o inviável juridicamente.

Desse modo, por fundamento parcialmente diverso, acompanho a eminente relatora e nego provimento ao recurso especial.

É como penso. É como voto.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 859.857 - PR (2006/0124907-8)

RELATORA : MINISTRA ELIANA CALMON
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
RECORRIDO : ITA SERVIÇOS DE BRITAGEM LTDA
ADVOGADO : JAVEL JAIME VALÉRIO E OUTRO(S)

VOTO-VENCIDO

O EXMO. SR. MINISTRO HERMAN BENJAMIN: Peço vênia à eminente Relatora para divergir, pois entendo que o magistrado não está vinculado ao *quantum* da multa diária estabelecido em Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em que uma das partes figura como substituto processual (no caso, o Ministério Público).

A meu juízo, o art. 645 do CPC traz norma de caráter eminentemente público, já que a finalidade maior da multa cominatória é garantir a efetividade da tutela jurisdicional.

Reconheço que o seu texto não é claro quanto ao campo de aplicação da norma. Por isso creio que, para bem compreendê-la é necessário pesquisar se o interesse está sendo defendido pelo *titular*, ou não, da relação jurídica-base.

Inclino-me a acreditar que a *ratio* do legislador foi estabelecer que os titulares do bem jurídico em litígio (= as vítimas em si mesmas) estão mais bem habilitados que o juiz para arbitrar o valor das *astreintes*. Ora, na hipótese, o Ministério Público não é, a rigor, o titular do bem jurídico; atua apenas como substituto processual.

Assim, diante de título em que uma das partes não defende direito próprio e em circunstâncias nas quais inexistente plena e irrestrita *autonomia da vontade* (no sentido de abrir mão ou dispor livremente do interesse ou dos mecanismos destinados a assegurar a efetividade de sua proteção), parece-me que o art. 645, parágrafo único, do CPC não se aplicaria, devendo-se adotar a regra do *caput*.

Numa palavra: o art. 645, parágrafo único, só incide se as partes estiverem no exercício pleno da autonomia da vontade. Isso porque, se o Ministério Público – que não é o titular do bem, não custa repetir – não tratar do interesse de

forma adequada, assentindo, p. ex., com a fixação de multa ínfima, ao juiz caberia aplicar a norma prevista no art. 645, *caput*, do CPC, por faltar ao *Parquet* a disponibilidade do interesse tutelado.

Além disso, no processo civil moderno, sobretudo no campo da tutela dos interesses coletivos, o juiz deixou de ser um observador impotente ou desatento ao grau de eficácia do eventual provimento final. Se é certo que se enxerga, tradicionalmente, no Ministério Público o papel de fiscal da lei, ao juiz se agrega a posição de zelar pela legitimidade técnico-política, respeitabilidade, eficácia e eficiência do processo.

Nesse sentido, observo que o Ministro Luiz Fux, em seu *Curso de Direito Processual Civil*, defende que esse parágrafo único tenha interpretação ampliativa. Diz ele:

O Código dispõe que na execução em que o credor pedir o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, determinada em título judicial, o juiz, se omissa a sentença, pode fixar multa por dia de atraso e a data a partir da qual ela será devida. Destarte, o *valor dessa multa poderá ser modificado* pelo juiz da execução, ao verificar que se tornou *insuficiente ou excessivo* (art. 644 do CPC).

O mesmo preceito é repetido tratando-se de obrigações fungíveis com lastro em título extrajudicial (art. 645 do CPC).

É mister ressaltar que esse novo regime dos meios de coerção permite ao juiz adaptá-los à sua finalidade persuasiva; por isso, pode reduzi-lo ou exacerbá-lo no seu valor unitário, quando se torna ineficiente ou exasperado demais.

A regra prevalece para ambas as modalidades de título – judicial ou extrajudicial –, posto que, *se o juiz fixa a multa*, cabe-lhe também alterá-la quantitativamente para o mais ou para o menos. (Luiz Fux, *Curso de Direito Processual Civil*, 2005, p. 1366).

Dessa forma, se o magistrado encontra-se diante da recalcitrância da parte em cumprir a obrigação de fazer (ou de não fazer), estabelecida em título extrajudicial, tem o dever-poder de agir a fim de assegurar que a prestação seja executada. Repito: se ao Ministério Público não se concede o poder de disposição em relação ao principal, tampouco o tem no que tange ao acessório.

Em resumo, caso a multa pré-determinada em TAC não seja eficiente

Superior Tribunal de Justiça

para fazer com que o obrigado cumpra o seu dever, nos casos em que o titular do bem esteja representado por seu substituto processual, o magistrado pode adaptar seu valor à finalidade persuasiva do instituto, na forma do art. 645, *caput*, do CPC.

Com essas considerações, renovo as vênias à eminente Ministra Eliana Calmon e **dou provimento ao Recurso Especial.**

É como **voto.**



**ERTIDÃO DE JULGAMENTO
SEGUNDA TURMA**

Número Registro: 2006/0124907-8

REsp 859857 / PR

Números Origem: 252995102 2529951 4022003

PAUTA: 10/06/2008

JULGADO: 10/06/2008

Relatora

Exma. Sra. Ministra **ELIANA CALMON**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **CASTRO MEIRA**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **EUGÊNIO JOSÉ GUILHERME DE ARAGÃO**

Secretária

Bela. **VALÉRIA ALVIM DUSI**

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
RECORRIDO : ITA SERVIÇOS DE BRITAGEM LTDA
ADVOGADO : JAVEL JAIME VALÉRIO E OUTRO(S)

ASSUNTO: Administrativo - Obrigação de fazer

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia SEGUNDA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Turma, por maioria, negou provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a). Vencido o Sr. Ministro Herman Benjamin."

Os Srs. Ministros Castro Meira, Humberto Martins e Carlos Fernando Mathias (Juiz convocado do TRF 1ª Região) votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília, 10 de junho de 2008

VALÉRIA ALVIM DUSI
Secretária